



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

CONTRATO nº. 075/2022.

PROCESSO SEI-080007/006350/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2022, COM FUNDAMENTO NO ART. 24, INCISO IV DA LEI Nº 8666/93

**CONTRATO Nº 075/2022 DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO
SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO E A EMPRESA FUNDAÇÃO
PRO-INSTITUTO DE HEMATOLOGIA
– RJ FUNDARJ.**

A FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, fundação instituída pelo Poder Público do Estado do Rio de Janeiro e vinculada a Secretaria de Estado de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 118/2007, da Lei nº 5164/2007 e do Decreto 43.124/2011 e da Lei nº. 6.304/2012, inscrita no CNPJ sob o nº 10.834.118/0001-79, sediada na Avenida Padre Leonel Franca, nº 248, 1º andar, Gávea - CEP. 22451-000, Rio de Janeiro – RJ, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Diretor Executivo **JOÃO RICARDO DA SILVA PILOTTO**, brasileiro, ID funcional nº 5079143-5, portador da carteira de identidade nº 52.34921-0, expedida pelo CRM/RJ, inscrito no CPF sob o nº 556.886.837-91 e pelo Diretor Administrativo Financeiro, designado pela portaria da Diretoria Executiva FS/DE nº 1057/2022, de 02 de março de 2022, **BRUNO RÉBULA KLEIN**, brasileiro, ID funcional nº 4137337-5, portador da carteira de identidade nº 098814700, Detran/RJ, inscrito no CPF sob o nº 036.309.047-93, e a empresa **FUNDAÇÃO PRO-INSTITUTO DE HEMATOLOGIA – RJ FUNDARJ**, situada à Rua Gal Caldwell, nº 266. Centro. Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20230-195 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.319.972/0001-30, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **LEONARDO JOSÉ CARVALHO DE JESUS**, portador da cédula de identidade nº 11.335.973-1, expedida pelo DETRAN-RJ e inscrito no CPF sob o nº 089.099.247-99 e por **ADARLETTE NEIRA**, portadora da cédula de identidade nº 01-14355, expedida pelo CRA-RJ e inscrita no CPF sob o nº 260.491.807-25, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, com fundamento no processo administrativo nº **SEI-080007/006350/2021**, que se regerá pelas normas do art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do Termo de Referência doc. SEI nº 20094957, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de empresa especializada para a realização de exames de patologia clínica e de anatomia patológica no Complexo Regional da Mãe de Mesquita – Maternidade e Clínica da Mulher e no Centro Estadual de Diagnóstico por Imagem (CEDI), na forma do Termo de Referência doc. SEI nº 20094957 e da proposta SEI nº 23414907.

LOTE	ITEM	CÓDIGO SIGA	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	US
1	1	0338.001.0041 (ID - 160848)	SERVICOS DE EXAMES LABORATORIAIS, DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAME DE PATOLOGIA CLÍNICA E ANATOMOCITOPATOLOGIA	SERVIÇO	1	HOSPITAL DA MAE
	2	0338.001.0041 (ID - 160848)	SERVICOS DE EXAMES LABORATORIAIS, DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAME DE PATOLOGIA CLÍNICA E ANATOMOCITOPATOLOGIA	SERVIÇO	1	CEDI

PARÁGRAFO ÚNICO – O objeto será executado segundo o regime de execução de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de assinatura, sendo o prazo execução do objeto contratual iniciado conforme abaixo:

Item 01 - HOSPITAL DA MAE: a contar da assinatura do presente instrumento;

Item 02 – CEDI (RIO IMAGEM): a contar do dia 01 de abril de 2022.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A celebração de nova contratação oriunda da finalização de processo licitatório com o mesmo objeto constituirá condição resolutiva ao presente contrato, porém, a CONTRATADA não terá direito a qualquer indenização em virtude da extinção do pacto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A implementação da condição resolutiva acima disposta será previamente comunicada à CONTRATADA, indicando-se em notificação própria a data inicial de extinção do pacto, quando operarão seus efeitos de pleno direito.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE:





**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

- a) realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no Termo de Referência doc. SEI nº 20094957 e no contrato; e
- e) **Demais itens previstos no Termo de Referência nº 20094957, em especial ao item XI e seus subitens.**

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do Termo de Referência doc. SEI nº 20094957, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) prestar o serviço no endereço constantes no Termo de Referência doc. SEI nº 20094957;
- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) responder pelos serviços que executar, na forma do Termo de Referência doc. SEI nº 20094957 e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;



[Assinaturas manuscritas]



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

- j) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência doc. SEI nº 20094957;
- k) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros;
- l) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;
- m) Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública. Caso a contratada ainda não tenha programa de integridade instituído, compromete-se a implantar no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data da celebração do presente contrato, na forma da Lei nº 7.753 de 17 de outubro de 2017;
- n) A contratada deve estrito cumprimento às normas e resoluções expedidas pelo Ministério Público do Trabalho, notadamente a NOTA TÉCNICA GT COVID-19 N. 18/2020 (anexo);
- o) Demais itens previstos no Termo de Referência nº 20094957, em especial ao item X e seus subitens.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2022, assim classificados:

Natureza das Despesas: 33903975

Fonte de Recurso: 223

Programa de Trabalho: 10302046129120000

Nota de Empenho: 2022NE01011/2022NE01020

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de **R\$ 1.177.421,02 (um milhão, cento e setenta e sete mil quatrocentos e vinte e um reais e dois centavos).**





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do Termo de Referência doc. SEI nº 20094957, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão de fiscalização de contrato composta por 3 (três) membros do **CONTRATANTE**, especialmente designados pelo Ordenador de Despesa, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a entrega do serviço;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 5 (cinco) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.



boi



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

PARÁGRAFO SEXTO – Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea o, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUARTO – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de **R\$ 1.177.421,02 (um milhão, cento e setenta e sete mil quatrocentos e vinte e um reais e dois centavos)**, em 06 (seis) parcelas, no valor aproximado de **R\$ 196.236,84 (cento e noventa e seis mil, duzentos e trinta e seis reais e oitenta e quatro centavos)**, cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente na Conta Corrente nº 010-8, Agência 6746, de titularidade da CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal/fatura **obrigatoriamente** com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e propostas apresentadas, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e matriz.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

PARÁGRAFO QUARTO – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUINTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO SEXTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.





**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no Termo de Referência serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO OITAVO – O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas a, b, c, d e e, do § 1º, do art. 2º da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (vinte) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei nº 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O levantamento da garantia contratual por parte da contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

1911

Dear Sir,
I have the honor to acknowledge the receipt of your letter of the 10th inst. in relation to the above matter.

The same has been referred to the proper authorities for their consideration and they will be glad to hear from you again.

I am, Sir, very respectfully,
Yours truly,
[Signature]

[Name]
[Address]
[City, State]

Very truly yours,
[Signature]

[Name]
[Address]



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à CONTRATADA e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da CONTRATADA multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a contratação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

b) multas previstas no Termo de Referência convocatório e no contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins de aplicação das sanções mencionadas *no caput* são assim consideradas:

- I – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;
- II – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e
- III – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

PARÁGRAFO QUARTO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no PARÁGRAFO TERCEIRO também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO QUINTO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do contratante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, na forma abaixo transcrita:

- a) As sanções previstas na alínea b do caput e nas alíneas a e b, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do artigo 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) As sanções previstas na alínea a do caput e na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do artigo 35, do Decreto Estadual nº



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

3.149/80, devendo ser submetidas à apreciação do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO SEXTO - Dentre outras hipóteses, a advertência poderá ser aplicada quando o CONTRATADO não apresentar a documentação exigida nos PARÁGRAFOS PRIMEIRO e SEGUNDO da CLÁUSULA OITAVA, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas administrativas, previstas na alínea b do *caput* e na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;

c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO OITAVO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o contratado faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias, configurando inadimplemento, na forma dos PARÁGRAFOS QUARTO e QUINTO da CLÁUSULA OITAVA.

PARÁGRAFO NONO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do artigo 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Se o valor das multas previstas na alínea b do *caput*, na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO e no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Termo de Referência e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do *caput* e nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO SEGUNDO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO.

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (artigo 7º da Lei nº 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93);

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo contratante no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do *caput* e nas alíneas c e d do PARÁGRAFO SEGUNDO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - A aplicação das sanções mencionadas no PARÁGRAFO VIGÉSIMO deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante a CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela CONTRATADA, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**


Fundação Saúde

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.


Rio de Janeiro, em 21 de março de 2022.




FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
JOÃO RICARDO DA SILVA PILOTTO
Diretor Executivo



FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
BRUNO RÉBULA KLEIN
Diretor Administrativo Financeiro

Leonardo Carvalho
Diretor Presidente
Fundação Pró-Hemério


FUNDAÇÃO PRO-INSTITUTO DE HEMATOLOGIA – RJ FUNDARJ
LEONARDO JOSÉ CARVALHO DE JESUS
Representante

Adarlette Neira
Diretora Vice-Presidente
Fundação Pró-Hemério


FUNDAÇÃO PRO-INSTITUTO DE HEMATOLOGIA – RJ FUNDARJ
ADARLETTE NEIRA
Representante



Ricardo Gonçalves
Mat. 604
Assessoria de
Fundação
TESTEMUNHA

TESTEMUNHA



FUNDACÃO
PRÓ-HEMÓRIO

Fundação Pró-Instituto de Hematologia-RJ - FUNDARJ
Rua Frei Caneca, nº 08, Sala 334
Centro - Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20211-030
CNPJ 32.319.972/0001-30
Insc. Estadual: ISENTO
Insc. Municipal: 00.197.459

PROPOSTA DE PREÇO

A
Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro (FS)

Pela presente encaminhamos a V. As. a nossa cotação de preços conforme solicitado e abaixo:

Proponente: Fundação Pró-Instituto de Hematologia, RJ – FUNDARJ


Objeto: contratação de empresa especializada para a realização de exames de PATOLOGIA CLÍNICA e de ANATOMIA PATOLÓGICA no Complexo Regional da Mãe de Mesquita – Maternidade e Clínica da Mulher e no Centro Estadual de Diagnóstico por Imagem (CEDI) compreendendo a demanda de rotina, urgência e de emergência, por um período de 180 (cento e oitenta) dias.

Proposta de preço em anexo.

O preço proposto inclui todos os custos diretos e indiretos pertinentes, atendendo todos os requisitos previstos no Termo de Referência.

Validade da proposta: 60 dias
Telefone: (21) 2232-2916
E-mail: diretoria@fundacaoprohemorio.org.br
Bando do Brasil
Agência 2234-9
Conta Corrente: 409189-2

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2021.


Leonardo José Carvalho de Jesus
CPF 089.099.247-99
Diretor Presidente
Fundação Pró-Instituto de Hematologia, RJ – FUNDARJ





ANEXO I
PLANILHA DE CUSTOS

PROCEDIMENTO/EXAME	TOTAL 2020	VLR UNIT	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR PROPOSTO 12 MESES	VALOR TOTAL 12 MESES	VALOR TOTAL 6 MESES
DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA (2 DOSAGENS)	750	R\$ 3,63	0	R\$ 8,35	R\$ 6.262,50	R\$ 3.131,25
DOSAGEM DE ACIDO URICO	1086	R\$ 1,85	0	R\$ 4,26	R\$ 4.626,36	R\$ 2.313,18
DOSAGEM DE AMILASE	204	R\$ 2,25	0	R\$ 5,18	R\$ 1.056,72	R\$ 528,36
DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	1467	R\$ 2,01	0	R\$ 4,62	R\$ 6.777,54	R\$ 3.388,77
DOSAGEM DE CALCIO	152	R\$ 1,85	0	R\$ 4,26	R\$ 647,52	R\$ 323,76
DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	2	R\$ 3,51	0	R\$ 8,07	R\$ 16,14	R\$ 8,07
DOSAGEM DE CLORETO	117	R\$ 1,85	0	R\$ 4,26	R\$ 498,42	R\$ 249,21
DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	20	R\$ 3,51	0	R\$ 8,07	R\$ 161,40	R\$ 80,70
DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	16	R\$ 3,51	0	R\$ 8,07	R\$ 129,12	R\$ 64,56
DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	50	R\$ 1,85	0	R\$ 4,26	R\$ 213,00	R\$ 106,50
DOSAGEM DE CREATININA	1505	R\$ 1,85	0	R\$ 4,26	R\$ 6.411,30	R\$ 3.205,65
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	7	R\$ 3,68	0	R\$ 8,46	R\$ 59,22	R\$ 29,61
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	4	R\$ 4,12	0	R\$ 9,48	R\$ 37,92	R\$ 18,96
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	968	R\$ 3,68	0	R\$ 8,46	R\$ 8.189,28	R\$ 4.094,64
DOSAGEM DE FERRITINA	8	R\$ 15,59	0	R\$ 35,86	R\$ 286,88	R\$ 143,44
DOSAGEM DE FERRO SERICO	4	R\$ 3,51	0	R\$ 8,07	R\$ 32,28	R\$ 16,14
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	636	R\$ 2,01	0	R\$ 4,62	R\$ 2.938,32	R\$ 1.469,16
DOSAGEM DE FOSFORO	38	R\$ 1,85	0	R\$ 4,26	R\$ 161,88	R\$ 80,94
DOSAGEM DE FRACAO PROSTATICA DA FOSFATASE ACIDA	13	R\$ 2,01	0	R\$ 4,62	R\$ 60,06	R\$ 30,03
DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	475	R\$ 3,51	0	R\$ 8,07	R\$ 3.833,25	R\$ 1.916,63
DOSAGEM DE GLICOSE	5889	R\$ 1,85	0	R\$ 4,26	R\$ 25.087,14	R\$ 12.543,57
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	90	R\$ 7,86	0	R\$ 18,08	R\$ 1.627,20	R\$ 813,60
DOSAGEM DE LPASE	3	R\$ 2,25	0	R\$ 5,18	R\$ 15,54	R\$ 7,77
DOSAGEM DE MAGNESIO	79	R\$ 2,01	0	R\$ 4,62	R\$ 364,98	R\$ 182,49
DOSAGEM DE POTASSIO	749	R\$ 1,85	0	R\$ 4,26	R\$ 3.190,74	R\$ 1.595,37
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	85	R\$ 1,40	0	R\$ 3,22	R\$ 273,70	R\$ 136,85
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	638	R\$ 1,85	0	R\$ 4,26	R\$ 2.717,88	R\$ 1.358,94
DOSAGEM DE SODIO	761	R\$ 1,85	0	R\$ 4,26	R\$ 3.241,86	R\$ 1.620,93
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	1159	R\$ 2,01	0	R\$ 4,62	R\$ 5.354,58	R\$ 2.677,29
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	1157	R\$ 2,01	0	R\$ 4,62	R\$ 5.345,34	R\$ 2.672,67
DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	54	R\$ 3,51	0	R\$ 8,07	R\$ 435,78	R\$ 217,89
DOSAGEM DE UREIA	1329	R\$ 1,85	0	R\$ 4,26	R\$ 5.661,54	R\$ 2.830,77
DOSAGEM DE VITAMINA B12	6	R\$ 15,24	0	R\$ 35,05	R\$ 210,30	R\$ 105,15
ELETOFORESE DE PROTEINAS	1	R\$ 4,44	0	R\$ 10,21	R\$ 10,21	R\$ 5,11
GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCESSO OU DEFICIT BASE)	180	R\$ 2,78	0	R\$ 6,39	R\$ 1.150,20	R\$ 575,10
DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	14	R\$ 15,24	0	R\$ 35,05	R\$ 490,70	R\$ 245,35
CONTAGEM DE PLAQUETAS	46	R\$ 2,73	0	R\$ 6,28	R\$ 288,88	R\$ 144,44
CONTAGEM DE RETICULOCITOS	72	R\$ 2,73	0	R\$ 6,28	R\$ 452,16	R\$ 226,08
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	37	R\$ 9,00	0	R\$ 20,70	R\$ 765,90	R\$ 382,95
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	300	R\$ 5,77	0	R\$ 13,27	R\$ 3.981,00	R\$ 1.990,50
DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	315	R\$ 2,73	0	R\$ 6,28	R\$ 1.978,20	R\$ 989,10
DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSIDIMENTAÇÃO (VHS)	13	R\$ 2,73	0	R\$ 6,28	R\$ 81,64	R\$ 40,82
DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	20	R\$ 4,60	0	R\$ 10,58	R\$ 211,60	R\$ 105,80

Handwritten initials and signatures on the right side of the page, including a large blue signature.

Handwritten signatures and stamps at the bottom right of the page.

ANEXO 1
PLANILHA DE CUSTOS

PROCEDIMENTO/EXAME	TOTAL 2020	VLR UNIT	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR PROPOSTO 12 MESES	VALOR TOTAL 12 MESES	VALOR TOTAL 6 MESES
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	78	R\$ 1,53	0	R\$ 3,52	R\$ 274,56	R\$ 137,28
ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	0	R\$ 5,41	0	R\$ 12,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
HEMATOCRITO	208	R\$ 1,53	0	R\$ 3,52	R\$ 732,16	R\$ 366,08
HEMOGRAMA COMPLETO	13811	R\$ 4,11	0	R\$ 9,45	R\$ 130.513,95	R\$ 65.256,98
PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	491	R\$ 2,73	0	R\$ 6,28	R\$ 3.083,48	R\$ 1.541,74
TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	795	R\$ 2,73	0	R\$ 6,28	R\$ 4.992,60	R\$ 2.496,30
DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTEÍNA C REATIVA	923	R\$ 8,79	0	R\$ 20,22	R\$ 18.663,06	R\$ 9.331,53
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	1	R\$ 16,42	0	R\$ 37,77	R\$ 37,77	R\$ 18,89
DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	500	R\$ 2,83	0	R\$ 6,51	R\$ 3.255,00	R\$ 1.627,50
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT)	4	R\$ 85,00	0	R\$ 195,50	R\$ 782,00	R\$ 391,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	6566	R\$ 10,00	0	R\$ 23,00	R\$ 151.018,00	R\$ 75.509,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	64	R\$ 18,55	0	R\$ 42,67	R\$ 2.730,88	R\$ 1.365,44
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	1204	R\$ 16,30	0	R\$ 37,49	R\$ 45.137,96	R\$ 22.568,98
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	3	R\$ 17,16	0	R\$ 39,47	R\$ 118,41	R\$ 59,21
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	2343	R\$ 18,55	0	R\$ 42,67	R\$ 99.975,81	R\$ 49.987,91
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	15	R\$ 18,55	0	R\$ 42,67	R\$ 640,05	R\$ 320,03
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	1540	R\$ 18,55	0	R\$ 42,67	R\$ 65.711,80	R\$ 32.855,90
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	1091	R\$ 11,00	0	R\$ 25,30	R\$ 27.602,30	R\$ 13.801,15
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANITOXOPLASMA	3320	R\$ 16,97	0	R\$ 39,03	R\$ 129.579,60	R\$ 64.789,80
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG E IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL)	81	R\$ 18,55	0	R\$ 42,67	R\$ 3.456,27	R\$ 1.728,14
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	17	R\$ 18,55	0	R\$ 42,67	R\$ 725,39	R\$ 362,70
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	1551	R\$ 17,16	0	R\$ 39,47	R\$ 61.217,97	R\$ 30.608,99
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	11	R\$ 17,16	0	R\$ 39,47	R\$ 434,17	R\$ 217,09
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	1147	R\$ 11,00	0	R\$ 25,30	R\$ 29.019,10	R\$ 14.509,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANITOXOPLASMA	3525	R\$ 16,97	0	R\$ 39,03	R\$ 137.580,75	R\$ 68.790,38
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	42	R\$ 18,55	0	R\$ 42,67	R\$ 1.792,14	R\$ 896,07
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	6	R\$ 18,55	0	R\$ 42,67	R\$ 256,02	R\$ 128,01
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	1548	R\$ 17,16	0	R\$ 39,47	R\$ 61.099,56	R\$ 30.549,78
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	11	R\$ 17,16	0	R\$ 39,47	R\$ 434,17	R\$ 217,09
PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	3819	R\$ 18,55	0	R\$ 42,67	R\$ 162.956,73	R\$ 81.478,37
PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	5	R\$ 18,55	0	R\$ 42,67	R\$ 213,35	R\$ 106,68
TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	10308	R\$ 2,83	0	R\$ 6,51	R\$ 67.105,08	R\$ 33.552,54
TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	287	R\$ 10,00	0	R\$ 23,00	R\$ 6.601,00	R\$ 3.300,50
TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	293	R\$ 10,00	0	R\$ 23,00	R\$ 6.739,00	R\$ 3.369,50
EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	14	R\$ 3,04	0	R\$ 6,99	R\$ 97,86	R\$ 48,93
PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES	0	R\$ 4,19	0	R\$ 9,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	26	R\$ 9,74	0	R\$ 22,40	R\$ 582,40	R\$ 291,20
PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES	1	R\$ 1,57	0	R\$ 3,61	R\$ 3,61	R\$ 1,81
ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	5840	R\$ 3,70	0	R\$ 8,51	R\$ 49.698,40	R\$ 24.849,20
DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	449	R\$ 2,04	0	R\$ 4,69	R\$ 2.105,81	R\$ 1.052,91
PESQUISA DE GONADOTROFINA CORIONICA	36	R\$ 7,46	0	R\$ 17,16	R\$ 617,76	R\$ 308,88
DOSAGEM DE CORTISOL	4	R\$ 9,86	0	R\$ 22,68	R\$ 90,72	R\$ 45,36
DOSAGEM DE ESTRADIOL	5	R\$ 10,15	0	R\$ 23,35	R\$ 116,75	R\$ 58,38

wa

Handwritten signature

Handwritten signature

PRO-HEMUS

Handwritten signature

ANEXO I
PLANILHA DE CUSTOS

PROCEDIMENTO/EXAME	TOTAL 2020	VLR UNIT	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR PROPOSTO 12 MESES	VALOR TOTAL 12 MESES	VALOR TOTAL 6 MESES
DOSAGEM DE ESTRIOL	2	R\$ 11,55	0	R\$ 26,57	R\$ 53,14	R\$ 26,57
DOSAGEM DE ESTRONA	2	R\$ 11,12	0	R\$ 25,58	R\$ 51,16	R\$ 25,58
DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	544	R\$ 7,85	0	R\$ 18,06	R\$ 9.824,64	R\$ 4.912,32
DOSAGEM DE HORMONIO POLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	24	R\$ 7,89	0	R\$ 18,15	R\$ 435,60	R\$ 217,80
DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	14	R\$ 8,79	0	R\$ 20,22	R\$ 283,08	R\$ 141,54
DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	3162	R\$ 8,96	0	R\$ 20,61	R\$ 65.168,82	R\$ 32.584,41
DOSAGEM DE INSULINA	10	R\$ 10,17	0	R\$ 23,39	R\$ 233,90	R\$ 116,95
DOSAGEM DE PROGESTERONA	5	R\$ 10,22	0	R\$ 23,51	R\$ 117,55	R\$ 58,78
DOSAGEM DE PROLACTINA	8	R\$ 10,15	0	R\$ 23,35	R\$ 186,80	R\$ 93,40
DOSAGEM DE TESTOSTERONA	2	R\$ 10,43	0	R\$ 23,99	R\$ 47,98	R\$ 23,99
DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	6	R\$ 13,11	0	R\$ 30,15	R\$ 180,90	R\$ 90,45
DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	1	R\$ 15,35	0	R\$ 35,31	R\$ 35,31	R\$ 17,66
DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	3	R\$ 8,76	0	R\$ 20,15	R\$ 60,45	R\$ 30,23
DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	1501	R\$ 11,60	0	R\$ 26,68	R\$ 40.046,68	R\$ 20.023,34
DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	167	R\$ 8,71	0	R\$ 20,03	R\$ 3.345,01	R\$ 1.672,51
TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA / TSH APOS TRH	3	R\$ 8,96	0	R\$ 20,61	R\$ 61,83	R\$ 30,92
DOSAGEM DE BARBITURATOS	5	R\$ 12,47	0	R\$ 28,68	R\$ 143,40	R\$ 71,70
ANTIBIOGRAMA	525	R\$ 4,98	0	R\$ 11,45	R\$ 6.011,25	R\$ 3.005,63
ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRACAO INIBITORIA MINIMA	12	R\$ 13,33	0	R\$ 30,66	R\$ 367,92	R\$ 183,96
BACTERIOSCOPIA (GRAM)	3	R\$ 2,80	0	R\$ 6,44	R\$ 19,32	R\$ 9,66
CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	3680	R\$ 5,62	0	R\$ 12,93	R\$ 47.582,40	R\$ 23.791,20
EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	1588	R\$ 2,66	0	R\$ 6,12	R\$ 9.718,56	R\$ 4.859,28
HEMOCULTURA	227	R\$ 11,49	0	R\$ 26,43	R\$ 5.999,61	R\$ 2.999,81
IDENTIFICACAO AUTOMATIZADA DE MICROORGANISMOS	2178	R\$ 11,49	0	R\$ 26,43	R\$ 57.564,54	R\$ 28.782,27
CONTAGEM ESPECIFICA DE CELULAS NO LIQUOR	62	R\$ 1,89	0	R\$ 4,35	R\$ 269,70	R\$ 134,85
CONTAGEM GLOBAL DE CELULAS NO LIQUOR	59	R\$ 1,89	0	R\$ 4,35	R\$ 256,65	R\$ 128,33
EXAME DE CARACTERES FISICOS CONTAGEM GLOBAL E ESPECIFICA DE CELULAS	61	R\$ 1,80	0	R\$ 4,14	R\$ 252,54	R\$ 126,27
DETERMINACAO DE ANTICORPOS ANTIPLAQUETARIOS	89	R\$ 10,65	0	R\$ 24,50	R\$ 2.180,50	R\$ 1.090,25
DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	2685	R\$ 1,37	0	R\$ 3,15	R\$ 8.457,75	R\$ 4.228,88
PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	10445	R\$ 1,37	0	R\$ 3,15	R\$ 32.901,75	R\$ 16.450,88
TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	725	R\$ 2,73	0	R\$ 6,28	R\$ 4.553,00	R\$ 2.276,50
TOTAL DE EXAMES					R\$ 1.679.541,32	R\$ 839.770,66

60

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ANEXO 1
PLANILHA DE CUSTOS

PROCEDIMENTO/EXAME	TOTAL 2020	VLR UNIT	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR PROPOSTO	VALOR TOTAL 12 MESES	VALOR TOTAL 6 MESES
BIOPSIA (PAAF)	5658	R\$ 43,21	0	R\$ 64,82	R\$ 366.751,56	R\$ 183.375,78
BIOPSIA (CORE)	3438	R\$ 43,21	0	R\$ 64,82	R\$ 222.851,16	R\$ 111.425,58
ESTUDO IMUNO-HISTOQUÍMICO POR MARCADOR	621	R\$ 92,00	0	R\$ 138,00	R\$ 85.698,00	R\$ 42.849,00
TOTAL DE EXAMES					R\$ 675.300,72	R\$ 337.650,36

hgr

